

Visto, examinado e considerado quanto se contém na referida Convenção com protocolo, aprovada pelo decreto-lei número vinte e três mil setecentos e vinte e um, de vinte e nove de Março de mil novecentos e trinta e quatro, é, pela presente Carta, a mesma Convenção com protocolo confirmada e ratificada, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dada por firme e válida para produzir os seus efeitos e ser inviolavelmente cumprida e observada.

Em testemunho do que a presente Carta vai por nós assinada e selada com o selo da República Portuguesa.

Dada nos Paços do Governo da República, aos dez dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e quatro.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Caeiro da Mata.*

Esta Carta de Confirmação e ratificação foi depositada nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações em 9 de Junho de 1934, devendo a Convenção, nos termos do artigo 15.º, começar a vigorar para Portugal noventa dias após aquela data.

Também, nos termos do § 1.º do artigo 18.º da presente Convenção, ficou exarada na acta de depósito a seguinte declaração: «Esta ratificação é feita por Portugal sob reserva de que as disposições da Convenção não se aplicam ao território colonial português».

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 21 de Junho de 1934.—Pelo Director Geral, *A. M. Ferraz de Andrade.*

ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA, Presidente da República Portuguesa pelo voto da Nação:

Fazemos saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos dezanove de Março de mil novecentos e trinta e um, foi assinada em Genebra uma Convenção com protocolo relativa ao imposto do selo em matéria de cheques, cujo teor é o seguinte:

(Tradução)

Convention relative au droit de timbre en matière de chèques.

Convention on the stamp laws in connection with cheques.

Convenção relativa ao imposto do selo em matéria de cheques.

Le Président du Reich allemand; le Président fédéral de la République d'Autriche; Sa Majesté le Roi des Belges; Sa Majesté le Roi de Grande-Bretagne, d'Irlande et des territoires britanniques au delà des mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi de Danemark et d'Islande; le Président de la République de Pologne, pour la Ville libre de Dantzig; le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République de Finlande; le Président de la République française; le Président de la République hellénique; Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume

The President of the German Reich; The Federal President of the Austrian Republic; His Majesty the King of the Belgians; His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions Beyond the Seas, Emperor of India; His Majesty the King of Denmark and Iceland; The President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig; The President of the Republic of Ecuador; His Majesty the King of Spain; The President of the Republic of Finland; The President of the French Republic; The President of the Hellenic Republic; His Serene Highness the Regent of the Kingdom of

O Presidente do Reich Alemão; O Presidente Federal da República Austríaca; Sua Majestade o Rei dos Belgas; Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Territórios Britânicos de além mar, Imperador das Índias; Sua Majestade o Rei da Dinamarca e da Islândia; O Presidente da República da Polónia, pela Cidade Livre de Dantzig; O Presidente da República do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; O Presidente da República da Finlândia; O Presidente da República Francesa; O Presidente da República Hellenica; Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hun-

de Hongrie; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale la Grande-Duchesse de Luxembourg; le Président des Etats-Unis du Mexique; Son Altesse Sérenissime le Prince de Monaco; Sa Majesté le Roi de Norvège; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République de Pologne; le Président de la République portugaise; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral suisse; le Président de la République tchécoslovaque; le Président de la République turque; Sa Majesté le Roi de Yougoslavie,

Désireux de régler certains problèmes du droit de timbre dans leurs rapports avec le chèque, ont désigné pour leurs plénipotentiaires, savoir:

Le Président du Reich allemand:

M. Leo Quassowski, Conseiller ministériel au Ministère de la Justice du Reich;
Le docteur Erich Albrecht, Conseiller de légation au Ministère des Affaires étrangères du Reich;
Le docteur Erwin Pätzold, Conseiller au Tribunal de Schweidnitz.

Le Président fédéral de la République d'Autriche:

Le docteur Guido Strobel, Conseiller ministériel au Ministère fédéral de la Justice.

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. J. de la Vallée Poussin, Secrétaire général honoraire du Ministère des Sciences et des Arts.

Sa Majesté le Roi de Grande-Bretagne, d'Irlande et des territoires britanniques au delà des mers, Empereur des Indes:

Pour la Grande-Bretagne et l'Irlande du Nord, ainsi que toutes parties

Hungary; His Majesty the King of Italy; His Majesty the Emperor of Japan: Her Royal Highness the Grand Duchess of Luxembourg; The President of the United States of Mexico; His Serene Highness the Prince of Monaco; His Majesty the King of Norway; Her Majesty the Queen of the Netherlands; The President of the Polish Republic; The President of the Portuguese Republic; His Majesty the King of Roumania; His Majesty the King of Sweden; The Swiss Federal Council; The President of the Czechoslovak Republic; The President of the Turkish Republic; His Majesty the King of Yugoslavia,

Being desirous of settling certain problems concerning the stamp laws in their relations with cheques, have appointed as their plenipotentiaries the following:

The President of the German Reich:

M. Leo Quassowski, Ministerial Counsellor in the Reich Ministry of Justice;
Dr. Erich Albrecht, Counsellor of Legation in the Reich Ministry for Foreign Affairs;
Dr. Erwin Pätzold, «Landgerichtsrat» at the Court of Schweidnitz.

The Federal President of the Austrian Republic:

Dr. Guido Strobel, Ministerial Counsellor in the Federal Ministry of Justice.

His Majesty the King of the Belgians:

M. J. de la Vallée Poussin, Honorary Secretary-General of the Ministry of Sciences and Arts.

His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions Beyond the Seas, Emperor of India:

For Great Britain and Northern Ireland and all parts of the British

gría; Sua Majestade o Rei de Itália; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real a Grã-Duquesa do Luxemburgo; O Presidente dos Estados Unidos do México; Sua Alteza Sereníssima o Príncipe do Mónaco; Sua Majestade o Rei da Noruega; Sua Majestade a Rainha da Holanda; O Presidente da República da Polónia; O Presidente da República Portuguesa; Sua Majestade o Rei da Roménia; Sua Majestade o Rei da Suécia; O Conselho Federal Suíço; O Presidente da República Checo-Eslovaca; O Presidente da República da Turquia; Sua Majestade o Rei da Jugo-Eslávia,

Desejando regular certos problemas relativos ao imposto do sêlo, pelo que respeita ao cheque, designaram como seus plenipotenciários:

O Presidente do Reich Alemão:

O Sr. Leo Quassowski, Conselheiro ministerial no Ministério da Justiça do Reich;
O Dr. Erich Albrecht, Conselheiro de legação no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich;
O Dr. Erwin Pätzold, Conselheiro no Tribunal de Schweidnitz.

O Presidente Federal da República da Áustria:

O Dr. Guido Strobel, Conselheiro ministerial no Ministério federal da Justiça.

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

O Sr. J. de la Vallée Poussin, Secretário Geral honorário do Ministério das Ciências e das Artes.

Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Territórios Britânicos de além-mar, Imperador das Índias:

Pela Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assim como todas as partes

<p>de l'Empire britannique non membres séparés de la Société des Nations : Le professeur H. C. Gutteridge, K. C., Professeur de droit commercial et industriel et Doyen de la Faculté de Droit à l'Université de Londres.</p>	<p>Empire which are not separate Members of the League of Nations : Professor H. C. Gutte- ridge, K. C., Professor of Commercial and Industrial Law and Dean of the Faculty of Laws in the University of London.</p>	<p>do Império britânico não membros separados da Sociedade das Nações : O Professor H. C. Gut- teridge, K. C., Profes- sor de direito comercial e industrial, Decano da Faculdade de Direito na Universidade de Londres.</p>
<p>Sa Majesté le Roi de Danemark et d'Islande : M. Axel Helper, Conseiller ministériel au Ministère du Commerce et de l'Industrie ; M. Valdemar Eigtved, Directeur de la «Privatbanken», à Copenhague.</p>	<p>His Majesty the King of Denmark and Iceland : M. Axel Helper, Ministerial Counsellor in the Ministry of Commerce and Industry ; M. Valdemar Eigtved, General Manager of the «Privatbanken», Copenhagen.</p>	<p>Sua Majestade o Rei da Dinamarca e da Islândia : O Sr. Axel Helper, Conselheiro ministerial no Ministério do Comércio e da Indústria ; O Sr. Valdemar Eigtved, Director da «Privat- banken» em Copenha- gue.</p>
<p>Le Président de la République de Pologne, pour la Ville libre de Dantzig : M. Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de codification de Pologne.</p>	<p>The President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig : M. Józef Sulkowski, Professor at the University of Poznan, Member of the Polish Codification Commission.</p>	<p>O Presidente da República da Polónia, pela Cidade Livre de Dantzig : O Sr. Józef Sulkowski, Professor da Universi- dade de Poznan, Mem- bro da Comissão de codificação da Polónia.</p>
<p>Le Président de la République de l'Equateur : Le docteur Alejandro Gastelú, Consul à Genève.</p>	<p>The President of the Republic of Ecuador : Dr. Alejandro Gastelú, Consul at Geneva.</p>	<p>O Presidente da República do Equador : O Dr. Alejandro Gastelú, Cônsul em Genebra.</p>
<p>Sa Majesté le Roi d'Espagne : Le professeur Francisco Bernis, Secrétaire général du Conseil supérieur bancaire.</p>	<p>His Majesty the King of Spain : Professor Francisco Ber- nis, Secretary-General of the «Consejo Superior Bancario».</p>	<p>Sua Majestade o Rei de Espanha : O Professor Francisco Bernis, Secretário Ge- ral do Conselho Su- perior Bancário.</p>
<p>Le Président de la République de Finlande : M. Filip Grönvall, Conseiller d'Etat, Membre de la Haute Cour administrative.</p>	<p>The President of the Republic of Finland : M. Filip Grönvall, Counsellor of State, Member of the High Administra- tive Court.</p>	<p>O Presidente da República da Finlândia : O Sr. Filip Grönvall, Conselheiro de Estado, Membro do Supremo Tribunal Administra- tivo.</p>
<p>Le Président de la République française : M. Louis-Jean Percerou, Professeur à la Faculté de Droit de l'Université de Paris.</p>	<p>The President of the French Republic : M. Louis-Jean Percerou, Professor in the Faculty of Law of the University of Paris.</p>	<p>O Presidente da República Francesa : O Sr. Louis-Jean Perce- rou, Professor da Fa- culdade de Direito da Universidade de Paris.</p>
<p>Le Président de la République hellénique : M. R. Raphaël, Délégué permanent auprès de la Société des Nations ; M. A. Contoumas, premier Secrétaire de la Délégation permanente auprès de la Société des Na- tions.</p>	<p>The President of the Hellenic Republic : M. R. Raphaël, Permanent Delegate accredited to the League of Nations ; M. A. Contoumas, First Secretary of the Per- manent Delegation accredited to the League of Nations.</p>	<p>O Presidente da República He- lénica : O Sr. R. Raphaël, Dele- ga- do permanente junto da Sociedade das Nações ; O Sr. A. Contoumas, pri- meiro Secretário da De- legação permanente junto da Sociedade das Nações.</p>

Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie:	His Serene Highness the Regent of the Kingdom of Hungary:	Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hungria:
M. Jean Pelényi, Ministre résident, Chef de la Délegation royale auprès de la Société des Nations.	M. Jean Pelényi, Resident Minister, Head of the Royal Delegation accredited to the League of Nations.	O Sr. Jean Pelényi, Ministro residente, Chefe da Delegação real junto da Sociedade das Nações.
Sa Majesté le Roi d'Italie:	His Majesty the King of Italy:	Sua Majestade o Rei de Itália:
M. Amedeo Giannini, Conseiller d'Etat, Ministre plénipotentiaire de première classe;	M. Amedeo Giannini, Counsellor of State, First-Class Minister Plenipotentiary;	O Sr. Amedeo Giannini, Conselheiro de Estado, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe;
M. Giovanni Zappalà, Avocat, Chef de division au Ministère des Finances.	M. Giovanni Zappalà, Barrister-at-Law, Head of Section in the Ministry of Finance.	O Sr. Giovanni Zappalà, Advogado, Chefe de Divisão no Ministério das Finanças.
Sa Majesté l'Empereur du Japon:	His Majesty the Emperor of Japan:	Sua Majestade o Imperador do Japão:
M. Nobutaro Kawashima, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président de la République hellénique;	M. Nobutaro Kawashima, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the President of the Hellenic Republic;	O Sr. Nobutaro Kawashima, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário junto do Presidente da República Helénica;
M. Ukitsu Tanaka, Juge à la Cour Suprême du Japon.	M. Ukitsu Tanaka, Judge at the Supreme Court of Japan.	O Sr. Ukitsu Tanaka, Juiz do Supremo Tribunal do Japão.
Son Altesse Royale la Grande-Duchesse de Luxembourg:	Her Royal Highness the Grand Duchess of Luxembourg:	Sua Alteza Real a Grã-Duquesa do Luxemburgo:
M. Charles Vermaire, Consul à Genève.	M. Charles Vermaire, Consul at Genova.	O Sr. Charles Vermaire, Cônsul em Genebra.
Le Président des Etats-Unis du Mexique:	The President of the United States of Mexico:	O Presidente dos Estados Unidos do México:
M. Antonio Castro-Leal, Observateur auprès de la Société des Nations.	M. Antonio Castro-Leal, Observer accredited to the League of Nations.	O Sr. Antonio Castro-Leal, Observador junto da Sociedade das Nações.
Son Altesse Sérénissime le Prince de Monaco:	His Serene Highness the Prince of Monaco:	Sua Alteza Sereníssima o Príncipe de Mónaco:
M. Conrad E. Hentsch, Consul général de la Principauté à Genève.	M. Conrad E. Hentsch, Consul-General of the Principality at Geneva.	O Sr. Conrad E. Hentsch, Cônsul geral do Príncipado em Genebra.
Sa Majesté le Roi de Norvège:	His Majesty the King of Norway:	Sua Majestade o Rei da Noruega:
M. C. Stub Holmboe, Avocat à la Cour suprême.	M. C. Stub Holmboe, Advocate at the Supreme Court.	O Sr. C. Stub Holmboe, Advogado do Supremo Tribunal.
Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:	Her Majesty the Queen of the Netherlands:	Sua Majestade a Rainha da Holanda:
Le docteur J. Kosters, Conseiller à la Haute Cour de Justice, ancien professeur de l'Université de Groningue.	Dr. J. Kosters, Counselor at the High Court of Justice, former Professor at the University of Groningen.	O Dr. J. Kosters, Conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça, antigo professor da Universidade de Groningue.
Le Président de la République de Pologne:	The President of the Polish Republic:	O Presidente da República da Polónia:
M. Józef Sulkowski, Professeur à l'Université	M. Józef Sulkowski, Professor at the Univer-	O Sr. Józef Sulkowski, Professor da Universi-

<p>de Poznan, Membre de la Commission de codification de Pologne.</p> <p>Le Président de la République portugaise:</p> <p>Le docteur José Caeiro da Mata, Recteur de l'Université de Lisbonne, Professeur à la Faculté de droit, Directeur de la Banque de Portugal et Juge suppléant à la Cour permanente de Justice internationale.</p> <p>Sa Majesté le Roi de Roumanie:</p> <p>M. Constantin Antoniade, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès de la Société des Nations.</p> <p>Sa Majesté le Roi de Suède:</p> <p>Le baron Erik Teodor Marks von Würtemberg, Président de la Cour d'appel de Stockholm, ancien Ministre des Affaires étrangères;</p> <p>M. L. Birger Ekeberg, ancien Ministre de la Justice, Président de la Commission de législation civile, ancien Conseiller de la Cour suprême;</p> <p>M. Knut Dahlberg, ancien Ministre de l'Agriculture, Directeur de l'Association des Banques suédoises.</p> <p>Le Conseil fédéral suisse:</p> <p>Le docteur Max Vischer, Avocat et Notaire, premier Secrétaire de l'Association suisse des Banquiers, à Bâle;</p> <p>Le docteur O. Hulftegger, premier Secrétaire du Directoire de l'Union suisse du Commerce et de l'Industrie, à Zurich.</p> <p>Le Président de la République tchécoslovaque:</p> <p>Le docteur Karel Hermann-Otavský, Professeur à l'Université de Prague, Président de la Commission de codification du droit commercial au Ministère de la Justice.</p>	<p>sity of Poznan, Member of the Polish Codification Commission.</p> <p>The President of the Portuguese Republic:</p> <p>Dr. José Caeiro da Mata, Rector of the University of Lisbon, Professor in the Faculty of Law, Director of the Bank of Portugal, Deputy Judge at the Permanent Court of International Justice.</p> <p>His Majesty the King of Roumania:</p> <p>M. Constantin Antoniade, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the League of Nations.</p> <p>His Majesty the King of Sweden:</p> <p>Baron Erik Teodor Marks von Würtemberg, President of the Stockholm Court of Appeal, former Minister for Foreign Affairs;</p> <p>M. L. Birger Ekeberg, former Minister of Justice, President of the Civil Legislation Commission, former Counsellor of the Supreme Court;</p> <p>M. Knut Dahlberg, former Minister of Agriculture, Director of the Association of Swedish Banks.</p> <p>The Swiss Federal Council:</p> <p>Dr. Max Vischer, Barrister-at-Law and Notary, First Secretary of the Swiss Bankers' Association at Basle.</p> <p>Dr. O. Hulftegger, First Secretary to the Board of the Swiss Commercial and Industrial Union at Zurich.</p> <p>The President of the Czechoslovak Republic:</p> <p>Dr. Karel Hermann-Otavský, Professor at the University of Prague, President of the Codification Commission for Commercial Law in the Ministry of Justice.</p>	<p>dade de Poznan, Membro da Comissão de codificação da Polónia.</p> <p>O Presidente da República Portuguesa:</p> <p>O Dr. José Caeiro da Mata, Reitor da Universidade de Lisboa, Professor na Faculdade de Direito, Director do Banco de Portugal e Juiz suplente do Tribunal Permanente de Justiça Internacional.</p> <p>Sua Majestade o Rei da Roménia:</p> <p>O Sr. Constantin Antoniade, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário junto da Sociedade das Nações.</p> <p>Sua Majestade o Rei da Suécia:</p> <p>O barão Erik Teodor Marks von Würtemberg, Presidente do Tribunal da Relação de Estocolmo, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros;</p> <p>O Sr. L. Birger Ekeberg, antigo Ministro da Justiça, Presidente da Comissão de legislação civil, antigo Conselheiro do Supremo Tribunal;</p> <p>O Sr. Knut Dahlberg, antigo Ministro da Agricultura, Director da Associação dos Bancos Suecos.</p> <p>O Conselho Federal Suíço:</p> <p>O Dr. Max Vischer, Advogado e Notário, primeiro Secretário da Associação Suíça dos Banqueiros, na Basileia;</p> <p>O Dr. O. Hulftegger, primeiro Secretário do Directório da União Suíça do Comércio e da Indústria, em Zurich.</p> <p>O Presidente da República Checo-Eslovaca:</p> <p>O Dr. Karel Hermann-Otavský, professor na Universidade de Praga, Presidente da Comissão de codificação do direito comercial no Ministério da Justiça.</p>
--	--	--

Le Président de la République turque:

Cemal Hüsnü bey, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse, ancien Ministre de l'Instruction publique.

Sa Majesté le Roi de Yougoslavie:

M. I. Choumenkovitch, Ministre plénipotentiaire, Délégué permanent auprès de la Société des Nations;

Lesquels, après avoir communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE 1.

Dans le cas où telle ne serait pas déjà leur législation, les Hautes Parties contractantes s'engagent à modifier leurs lois dans tous les territoires placés sous leur souveraineté ou autorité et auxquels la présente Convention est applicable, de telle sorte que la validité des engagements pris en matière de chèques, ou l'exercice des droits qui en découlent, ne puissent être subordonnés à l'observation des dispositions sur le timbre.

Elles peuvent toutefois suspendre l'exercice de ces droits jusqu'à l'acquittement des droits de timbre qu'elles ont prescrits ainsi que des amendes encourues. Elles peuvent également décider que la qualité et les effets de titre immédiatement exécutoire qui, d'après leur législation, seraient attribués au chèque seront subordonnés à la condition que le droit de timbre ait été, dès la création du titre, dûment acquitté conformément aux dispositions de leurs lois.

ARTICLE 2.

La présente Convention, dont les textes français et anglais feront également foi, portera la date de ce jour.

Elle pourra être signée ultérieurement jusqu'au 15 juillet 1931 au nom de tout Membre de la Société des Nations et de tout Etat non membre.

The President of the Turkish Republic:

Cemal Hüsnü bey, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council, former Minister of Public Instruction.

His Majesty the King of Yugoslavia:

M. I. Choumenkovitch, Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations;

Who, having communicated their full powers, found in good and due form, have agreed upon the following provisions :

ARTICLE 1.

If their laws do not already make provision to this effect, the High Contracting Parties undertake to alter their laws in all the territories placed under their sovereignty or authority to which the present Convention is applicable, so that the validity of obligations arising out of a cheque or the exercise of the rights that flow therefrom shall not be subordinated to the observance of the provisions concerning the stamp.

Nevertheless, the High Contracting Parties may suspend the exercise of these rights until payment of the stamp duties they prescribe or of any penalties incurred. They may also decide that the quality and effects of an instrument «immediately executory» which, according to their legislation, may be attributed to a cheque, shall be subject to the condition that the stamp law has, from the issue of the instrument, been duly complied with in accordance with their laws.

ARTICLE 2.

The present Convention, the French and English texts of which shall be equally authentic, shall bear this day's date.

It may be signed thereafter until July 15th, 1931, on behalf of any Member of the League of Nations or non-member State.

O Presidente da República Turca:

Cemal Hüsnü bey, Envia-dor extraordinário e Ministro plenipotenciário junto do Conselho Federal Suíço, antigo Ministro da Instrução Pública.

Sua Majestade o Rei da Jugoslávia:

O Sr. I. Choumenkovitch, Ministro plenipotenciário, Delegado permanente junto da Sociedade das Nações ;

Os quais, depois de terem apresentado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, acordaram nas disposições seguintes :

ARTIGO 1.º

As Altas Partes Contratantes, no caso de não ser essa a sua legislação, obrigam-se a modificar as suas leis, em todos os territórios sob a sua soberania ou autoridade aos quais a presente Convenção seja aplicável, por forma a que a validade das obrigações contraídas por meio de cheques ou o exercício dos direitos que delas resultam não possam estar subordinados ao cumprimento das disposições respeitantes ao selo.

Podem, contudo, suspender o exercício desses direitos até ao pagamento do imposto do selo prescrito, bem como das multas incorridas. Podem, igualmente, determinar que a qualidade e os efeitos de título «imediatamente executório» que, pelas suas legislações, seriam atribuídos ao cheque dependerão da condição de ter sido, desde a criação do título, devidamente pago o imposto do selo, em conformidade com as disposições das respectivas leis.

ARTIGO 2.º

A presente Convenção, cujos textos francês e inglês farão, ambos, igualmente fé, terá a data de hoje.

Poderá ser ulteriormente assinada, até 15 de Julho de 1931, em nome de qualquer Membro da Sociedade das Nações e qualquer Estado não membro.

ARTICLE 3.

La présente Convention sera ratifiée.

Les instruments de ratification seront déposés avant le 1^{er} septembre 1933 auprès du Secrétaire général de la Société des Nations, qui en notifiera immédiatement la réception à tous les Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres au nom desquels la présente Convention a été signée ou au nom desquels il y a été adhérez.

ARTICLE 4.

A partir du 15 juillet 1931, tout Membre de la Société des Nations et tout Etat non membre pourront y adhérer.

Cette adhésion s'effectuera par une notification au Secrétaire général de la Société des Nations pour être déposée dans les archives du Secrétariat.

Le Secrétaire général notifiera ce dépôt immédiatement à tous les Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres au nom desquels la présente Convention aura été signée ou au nom desquels il y aura été adhérez.

ARTICLE 5.

La présente Convention n'entrera en vigueur que lorsqu'elle aura été ratifiée ou qu'il y aura été adhérez au nom de sept Membres de la Société des Nations ou Etats non membres, parmi lesquels devront figurer trois des Membres de la Société des Nations représentés d'une manière permanente au Conseil.

La date de l'entrée en vigueur sera le quatre-vingt-dixième jour qui suivra la réception, par le Secrétaire général de la Société des Nations, de la septième ratification ou adhésion, conformément à l'alinéa premier du présent article.

Le Secrétaire général de la Société des Nations, en faisant les notifications prévues aux articles 3 et 4, signalera spécialement que les ratifications ou adhésions visées à l'alinéa premier du présent article ont été recueillies.

ARTICLE 3.

The present Convention shall be ratified.

The instruments of ratification shall be deposited before September 1st, 1933, with the Secretary-General of the League of Nations, who shall forthwith notify receipt thereof to all the Members of the League of Nations and to the non-member States on whose behalf the present Convention has been signed or acceded to.

ARTICLE 4.

As from July 15th, 1931, any Member of the League of Nations and any non-member State may accede thereto.

Such accession shall be effected by a notification to the Secretary-General of the League of Nations, such notification to be deposited in the archives of the Secretariat.

The Secretary-General shall notify such deposit forthwith to all the Members of the League of Nations and to the non-member States on whose behalf the present Convention has been signed or acceded to.

ARTICLE 5.

The present Convention shall not come into force until it has been ratified or acceded to on behalf of seven Members of the League of Nations or non member States, which shall include three of the Members of the League permanently represented on the Council.

The date of entry into force shall be the ninetieth day following the receipt by the Secretary-General of the League of Nations of the seventh ratification or accession in accordance with the first paragraph of the present Article.

The Secretary-General of the League of Nations, when making the notification provided for in Articles 3 and 4, shall state in particular that the ratifications or accessions referred to in the first paragraph of the present Article have been received.

ARTIGO 3.^o

A presente Convenção será ratificada.

Os instrumentos de ratificação serão transmitidos, antes de 1 de Setembro de 1933, ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, que notificará imediatamente do seu depósito todos os Membros da Sociedade das Nações e os Estados não membros em nome dos quais a presente Convenção tenha sido assinada ou que a ela tenham aderido.

ARTIGO 4.^o

A partir de 15 de Julho de 1931 qualquer Membro da Sociedade das Nações e qualquer Estado não membro poderá aderir à presente Convenção.

Esta adesão efectuar-se-á por meio de notificação ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, que será depositada nos arquivos do Secretariado.

O Secretário Geral notificará imediatamente desse depósito todos os Membros da Sociedade das Nações e os Estados não membros em nome dos quais a presente Convenção tenha sido assinada ou que a ela tenham aderido.

ARTIGO 5.^o

A presente Convenção sómente entrará em vigor depois de ter sido ratificada ou de a ela terem aderido sete Membros da Sociedade das Nações ou Estados não membros, entre os quais deverão figurar três dos Membros da Sociedade das Nações com representação permanente no Conselho.

Começará a vigorar noventa dias depois de recebida pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações a sétima ratificação ou adesão, em conformidade com o disposto na alínea primeira do presente artigo.

O Secretário Geral da Sociedade das Nações, nas notificações previstas nos artigos 3.^o e 4.^o, fará menção especial de terem sido recebidas as ratificações ou adesões a que se refere a alínea primeira do presente artigo.

ARTICLE 6.

Chaque ratification ou adhésion qui interviendra après l'entrée en vigueur de la Convention conformément à l'article 5 sortira ses effets dès le quatre-vingt-dixième jour qui suivra la date de sa réception par le Secrétaire général de la Société des Nations.

ARTICLE 7.

La présente Convention ne pourra être dénoncée avant l'expiration d'un délai de deux ans à partir de la date à laquelle elle sera entrée en vigueur pour ce Membre de la Société des Nations ou pour cet Etat non membre; cette dénonciation produira ses effets dès le quatre-vingt-dixième jour suivant la réception par le Secrétaire général de la notification à lui adressée.

Toute dénonciation sera communiquée immédiatement par le Secrétaire général de la Société des Nations à tous les Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres au nom desquels la présente Convention a été signée ou au nom desquels il y a été adhéré.

Chaque dénonciation n'aura d'effet qu'en ce qui concerne le Membre de la Société des Nations ou l'Etat non membre au nom duquel elle aura été faite.

ARTICLE 8.

Tout Membre de la Société des Nations et tout Etat non membre à l'égard duquel la présente Convention est en vigueur pourra adresser au Secrétaire général de la Société des Nations, dès l'expiration de la quatrième année suivant l'entrée en vigueur de la Convention, une demande tendant à la révision de certaines ou de toutes les dispositions de cette Convention.

Si une telle demande, communiquée aux autres Membres ou Etats non membres entre lesquels la Convention est alors en vigueur, est appuyée dans un délai d'un an par au moins six d'entre eux, le Conseil de la Société des Nations décidera s'il y a lieu de convoquer une Conférence à cet effet.

ARTICLE 6.

Every ratification or accession effected after the entry into force of the Convention in accordance with Article 5 shall take effect on the ninetieth day following the date of receipt thereof by the Secretary-General of the League of Nations.

ARTICLE 7.

The present Convention may not be denounced before the expiry of two years from the date on which it has entered into force in respect of that Member of the League or non-member State; such denunciation shall take effect as from the ninetieth day following the receipt by the Secretary-General of the notification addressed to him.

Every denunciation shall be immediately communicated by the Secretary-General of the League of Nations to all the Members of the League of Nations and to the non-member States on whose behalf the present Convention has been signed or acceded to.

Each denunciation shall take effect only as regards the Member of the League of Nations or the non-member State, on whose behalf it has been made.

ARTICLE 8.

Every Member of the League of Nations and every non-member State in respect of which the present Convention is in force may forward to the Secretary-General of the League of Nations, after the expiry of the fourth year following the entry into force of the Convention, a request for the revision of some or all of the provisions of that Convention.

If such request, after being communicated to the other Members or non-member States between whom the Convention is at that time in force, is supported within one year by at least six of them, the Council of the League of Nations shall decide whether a Conference shall be convened for the purpose.

ARTIGO 6.^o

As ratificações ou adesões após a entrada em vigor da presente Convenção, em conformidade com o disposto no artigo 5.^o, produzirão os seus efeitos noventa dias depois da data da sua recepção pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

ARTIGO 7.^o

A presente Convenção não poderá ser denunciada antes de decorrido um prazo de dois anos, a contar da data em que ela tiver começado a vigorar, para o Membro da Sociedade das Nações ou para o Estado não membro que a denuncia; esta denúncia produzirá os seus efeitos noventa dias depois de recebida pelo Secretário Geral a respectiva notificação.

Qualquer denúncia será imediatamente comunicada pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações a todos os Membros da Sociedade das Nações e aos Estados não membros em nome dos quais a presente Convenção tenha sido assinada ou que a ela tenham aderido.

A denúncia só produzirá efeito em relação ao Membro da Sociedade das Nações ou ao Estado não membro em nome do qual ela tenha sido feita.

ARTIGO 8.^o

Decorrido um prazo de quatro anos da entrada em vigor da presente Convenção, qualquer Membro da Sociedade das Nações ou Estado não membro ligado à Convenção poderá formular ao Secretário Geral da Sociedade das Nações um pedido de revisão de algumas ou de todas as suas disposições.

Se este pedido, comunicado aos outros Membros ou Estados não membros para os quais a Convenção estiver então em vigor, for apoiado dentro do prazo de um ano por seis, pelo menos, de entre eles, o Conselho da Sociedade das Nações decidirá se deve ser convocada uma Conferência para aquele fim.

ARTICLE 9.

Les Hautes Parties contractantes peuvent déclarer, au moment de la signature, de la ratification ou de l'adhésion, que, par leur acceptation de la présente Convention, elles n'entendent assumer aucune obligation en ce qui concerne l'ensemble ou toute partie de leurs colonies, protectorats ou territoires placés sous leur suzeraineté ou mandat; dans ce cas, la présente Convention ne sera pas applicable aux territoires faisant l'objet de pareille déclaration.

Les Hautes Parties contractantes pourront, dans la suite, notifier au Secrétaire général de la Société des Nations qu'elles entendent rendre la présente Convention applicable à l'ensemble ou à toute partie de leurs territoires ayant fait l'objet de la déclaration prévue à l'alinéa précédent. Dans ce cas, la Convention s'appliquera aux territoires visés dans la notification quatre-vingt-dix jours après la réception de cette dernière par le Secrétaire général de la Société des Nations.

De même, les Hautes Parties contractantes peuvent à tout moment déclarer qu'elles entendent que la présente Convention cesse de s'appliquer à l'ensemble ou à toute partie de leurs colonies, protectorats au territoires placés sous leur suzeraineté ou mandat; dans ce cas, la Convention cessera d'être applicable aux territoires faisant l'objet de pareille déclaration un an après la réception de cette dernière par le Secrétaire général de la Société des Nations.

ARTICLE 10.

La présente Convention sera enregistrée par le Secrétaire général de la Société des Nations dès son entrée en vigueur.

En foi de quoi les Plénipotentiaires susnommés ont signé la présente Convention.

Fait à Genève, le dix-neuf mars mil neuf cent trente et un, en simple expédition, qui sera déposée dans les archives du Sécrétariat de la Société des Nations; copie conforme

ARTICLE 9.

Any High Contracting Party may, at the time of signature, ratification or accession, declare that, in accepting the present Convention, he does not assume any obligations in respect of all or any of his colonies, protectorates or territories under suzerainty or mandate; and the present Convention shall not apply to any territories named in such declaration.

Any High Contracting Party may give notice to the Secretary-General of the League of Nations at any time subsequently that he desires that the Convention shall apply to all or any of his territories which have been made the subject of a declaration under the preceding paragraph, and the Convention shall apply to all the territories named in such notice ninety days after its receipt by the Secretary-General of the League of Nations.

Any High Contracting Party may at any time declare that he desires that the present Convention shall cease to apply to all or any of his colonies, protectorates or territories under suzerainty or mandate and the Convention shall cease to apply to the territories named in such declaration one year after its receipt by the Secretary-General of the League of Nations.

ARTICLE 10.

The present Convention shall be registered by the Secretary-General of the League of Nations as soon as it comes into force.

In faith whereof the above-mentioned Plenipotentiaries have signed the present Convention.

Done at Geneva, the nineteenth day of March one thousand nine hundred and thirty-one, in a single copy, which shall be deposited in the archives of the Secretariat of the

ARTIGO 9.

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá declarar no momento da assinatura, da ratificação ou da adesão, que aceitando a presente Convenção não assume nenhuma obrigação pelo que respeita a todas ou parte das suas colónias, protectorados ou territórios sob a sua soberania ou mandato, caso em que a presente Convenção se não aplicará aos territórios mencionados nessa declaração.

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, posteriormente, comunicar ao Secretário Geral da Sociedade das Nações o seu desejo de que a presente Convenção se aplique a todos ou parte dos seus territórios que tenham sido objecto da declaração prevista na alínea precedente, e nesse caso a presente Convenção aplicar-se-á aos territórios mencionados nessa comunicação noventa dias depois de esta ter sido recebida pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, a todo o tempo, declarar que deseja que a presente Convenção cesse de se aplicar a todas ou parte das suas colónias, protectorados ou territórios sob a sua soberania ou mandato, caso em que a Convenção deixará de se aplicar aos territórios mencionados nessa declaração um ano após esta ter sido recebida pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

ARTIGO 10.

A presente Convenção será registada pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações desde que entre vigor.

Em fé do que os Plenipotenciários acima designados assinaram a presente Convenção.

Feito em Genebra, aos dezenove de Março de mil novecentos e trinta e um, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações. Será

en sera transmise à tous les Membres de la Société des Nations et à tous les Etats non membres représentés à la Conférence.	League of Nations, and of which authenticated copies shall be delivered to all Members of the League of Nations and non-member States represented at the Conference.	transmitida cópia autêntica a todos os Membros da Sociedade das Nações e a todos os Estados não membros representados na Conferência.
ALLEMAGNE	GERMANY	ALEMANHA
	LEO QUASSOWSKI DR. ALBRECHT ERWIN PÄTZOLD	LEO QUASSOWSKI DR. ALBRECHT ERWIN PÄTZOLD
AUTRICHE	AUSTRIA	AUSTRIA
	DR. GUIDO STROBELE	DR. GUIDO STROBELE
BELGIQUE	BELGIUM	BÉLGICA
	DE LA VALLÉE POUSSIN	DE LA VALLÉE POUSSIN
GRANDE-BRETAGNE ET IRLANDE DU NORD (ainsi que toutes parties de l'Empire britannique non membres séparés de la Société des Nations).	GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND (and all parts of the British Empire which are not separate Members of the League of Nations).	GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE
	H. C. GUTTERIDGE	H. C. GUTTERIDGE
DANEMARK	DENMARK	DINAMARCA
	HELPER V. EIGTVED	HELPER V. EIGTVED
VILLE LIBRE DE DAN-TZIG	FREE CITY OF DANZIG	CIDADE LIVRE DE DAN-TZIG
	JÓZEF SULKOWSKI	JÓZEF SULKOWSKI
ÉQUATEUR	ECUADOR	EQUADOR
	ALEJ. GASTELÚ	ALEJ. GASTELÚ
ESPAGNE	SPAIN	ESPAÑA
	FRANCISCO BERNIS	FRANCISCO BERNIS
FINLANDE	FINLAND	FINLANDIA
	F. GRÖNVALL	F. GRÖNVALL
FRANCE	FRANCE	FRANÇA
	L.-J. PERCEROU	L.-J. PERCEROU
GRÈCE	GREECE	GRÉCIA
	R. RAPHAËL A. CONTOUMAS	R. RAPHAËL A. CONTOUMAS
HONGRIE	HUNGARY	HUNGRIA
	PELÉNYI	PELÉNYI
ITALIE	ITALY	ITÁLIA
	AMEDEO GIANNINI GIOVANNI ZAPPALÀ	AMEDEO GIANNINI GIOVANNI ZAPPALÀ

JAPON	N. KAWASHIMA UKITSU TANAKA	JAPAN	JAPÃO
LUXEMBOURG	CH. G. VERMAIRE	LUXEMBURG	LUXEMBURGO CH. G. VERMAIRE
MEXIQUE	ANTONIO CASTRO-LEAL	MEXICO	MÉXICO ANTONIO CASTRO-LEAL
MONACO	C. HENTSCHE <i>Ad referendum</i>	MONACO	MÓNACO C. HENTSCHE <i>Ad referendum</i>
NORVÈGE	STUB HOLMBOE	NORWAY	NORUEGA STUB HOLMBOE
PAYS-BAS	J. KOSTERS	THE NETHERLANDS	HOLANDA J. KOSTERS
POLOGNE	JÓZEF SULKOWSKI	POLAND	POLÓNIA JÓZEF SULKOWSKI
PORTUGAL	JOSÉ CAEIRO DA MATA	PORTUGAL	PORTUGAL JOSÉ CAEIRO DA MATA
ROUMANIE	C. ANTONIADE	ROUMANIA	ROMÉNIA C. ANTONIADE
SUÈDE	E. MARKS VON WÜRTTEMBERG BIRGER EKEBERG K. DAHLBERG Sous réserve de ratification par S. M. le Roi de Suède avec l'appro- bation du Riksdag ¹ .	SWEDEN	SUÉCIA E. MARKS VON WÜRTTEMBERG BIRGER EKEBERG K. DAHLBERG Sob reserva de ratificação por S. M. o Rei da Suécia, com a aprovação do Riksdag.
SUISSE	VISCHER HULFTEGGER	SWITZERLAND	SUÍÇA VISCHER HULFTEGGER
TCHÉCOSLOVAQUIE	DR. KAREL HERMANN-OtáVSKÝ	CZECHOSLOVAKIA	CHECO-ESLOVÁQUIA DR. KAREL HERMANN-OtáVSKÝ
TURQUIE	CEMAL HÜSNÜ	TURKEY	TURQUIA CEMAL HÜSNÜ
YOUgoslavie	I. CHOUmenkovitch	YUGOSLAVIA	JUGO-ESLÁVIA I. CHOUmenkovitch

¹ Subject to ratification by His Majesty the King of Sweden with the approval of the Riksdag.

Protocole

Au moment de procéder à la signature de la Convention en date de ce jour, relative au droit de timbre en matière de chèques, les soussignés, dûment autorisés, sont convenus des dispositions suivantes:

A.

Les Membres de la Société des Nations et les Etats non membres qui n'auraient pas été en mesure d'effectuer avant le 1^{er} septembre 1933 le dépôt de leur ratification sur ladite Convention, s'engagent à adresser, dans les quinze jours suivant cette date, une communication au Secrétaire général de la Société des Nations, pour lui faire connaître la situation dans laquelle ils se trouvent en ce qui concerne la ratification.

B.

Si, à la date du 1^{er} novembre 1933, les conditions prévues à l'article 5, alinéa premier, pour l'entrée en vigueur de la Convention ne sont pas remplies, le Secrétaire général de la Société des Nations convoquera une réunion des Membres de la Société des Nations et des Etats non membres au nom desquels la Convention aura été signée ou au nom desquels il y aura été adhétré.

Cette réunion aura pour objet l'examen de la situation et des mesures à prendre, le cas échéant, pour y faire face.

C.

Les Hautes Parties contractantes se communiqueront réciprocurement, dès leur mise en vigueur, les dispositions législatives qu'elles établiront sur leurs territoires respectifs en exécution de la Convention.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ont signé le présent Protocole.

Fait à Genève, le dix-neuf mars mil neuf cent trente et un, en simple expédition, qui sera déposée dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations; copie conforme en sera transmise à tous les Membres de la Société des Nations et à tous les Etats non membres représentés à la Conférence.

Protocol

At the time of signing the Convention of this day's date on the stamp laws in connection with cheques, the undersigned, duly authorised, have agreed upon the following provisions:

A.

The Members of the League of Nations and the non-member States which may not have been able to deposit their ratifications of the said Convention before September 1st, 1933, undertake to forward within fifteen days from that date a communication to the Secretary-General of the League of Nations informing him of their situation as regards ratification.

B.

If, on November 1st, 1933, the conditions laid down in Article 5, paragraph 1, for the entry into force of the Convention are not fulfilled, the Secretary-General of the League of Nations shall convene a meeting of the Members of the League and the non-member States on whose behalf the Convention has been signed or acceded to.

The purpose of this meeting shall be to examine the situation and any measures to be taken to meet it.

C.

The High Contracting Parties shall communicate to each other, immediately upon their coming into force, the legislative measures taken by them in execution of the Convention in their respective territories.

In faith whereof the Plenipotentiaires have signed the present Protocol.

Done at Geneva, the nineteenth day of March one thousand nine hundred and thirty-one, in a single copy, which shall be deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations, and of which authenticated copies shall be delivered to all Members of the League of Nations and non-member States represented at the Conference.

Protocolo

Ao assinar a Convenção relativa ao imposto do sêlo em matéria de cheques, datada de hoje, os abaixo assinados, devidamente autorizados, acordaram nas disposições seguintes:

A

Os Membros da Sociedade das Nações e os Estados não membros que não tenham podido efectuar, antes de 1 de Setembro de 1933, o depósito da ratificação da referida Convenção obrigam-se a enviar, dentro de quinze dias a partir daquela data, uma comunicação ao Secretário Geral da Sociedade das Nações dando-lhe a conhecer a situação em que se encontram no que diz respeito à ratificação.

B

Se, em 1 de Novembro de 1933, não se tiverem verificado as condições previstas na alínea primeira do artigo 5.^º para a entrada em vigor da Convenção, o Secretário Geral da Sociedade das Nações convocará uma reunião dos Membros da Sociedade das Nações e Estados não membros que tenham assinado a Convenção ou a ela tenham aderido, a fim de ser examinada a situação e as medidas que devam porventura ser tomadas para a resolver.

C

As Altas Partes Contratantes comunicar-se-ão, reciprocamente, a partir da sua entrada em vigor, as disposições legislativas promulgadas nos respectivos territórios para tornar efectiva a Convenção.

Em fé do que os plenipotenciários acima mencionados assinaram o presente Protocolo.

Feito em Genebra, aos dezenove de Março de mil novecentos e trinta e um, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações. Será transmitida cópia autêntica a todos os Membros da Sociedade das Nações e a todos os Estados não membros representados na Conferência.

ALLEMAGNE	GERMANY	ALEMANHA
	LEO QUASSOWSKI DR. ALBRECHT ERWIN PÄTZOLD	LEO QUASSOWSKI DR. ALBRECHT ERWIN PÄTZOLD
AUTRICHE	AUSTRIA	ÁUSTRIA
	DR. GUIDO STROBELE	DR. GUIDO STROBELE
BELGIUM	BELGIUM	BÉLGICA
	DE LA VALLÉE POUSSIN	DE LA VALLÉE POUSSIN
GRANDE-BRETAGNE ET IRLANDE DU NORD (ainsi que tou- tes parties de l'Em- pire britannique non membres séparés de la Société des Na- tions).	GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND (and all parts of the British Empire which are not separate Members of the League of Na- tions).	GRÃ-BRETANHA E IR- LANDA DO NORTE Assim como todas as par- tes do Império britânico que não são membros separados da Sociedade das Nações.
	H. C. GUTTERIDGE	H. C. GUTTERIDGE
DANEMARK	DENMARK	DINAMARCA
	HELPER V. EIGTVED	HELPER V. EIGTVED
VILLE LIBRE DE DAN- TZIG	FREE CITY OF DANZIG	CIDADE LIVRE DE DAN- TZIG
	JÓZEF SULKOWSKI	JÓZEF SULKOWSKI
EQUATEUR	ECUADOR	EQUADOR
	ALEJ. GASTELÚ	ALEJ. GASTELÚ
ESPAGNE	SPAIN	ESPAÑHA
	FRANCISCO BERNIS	FRANCISCO BERNIS
FINLANDE	FINLAND	FINLÂNDIA
	F. GRÖNVALL	F. GRÖNVALL
FRANCE	FRANCE	FRANÇA
	L.-J. PERCEROU	L.-J. PERCEROU
GRÈCE	GREECE	GRÉCIA
	R. RAPHAËL A. CONTOUMAS	R. RAPHAËL A. CONTOUMAS
HONGRIE	HUNGARY	HUNGRIA
	PELÉNYI	PELÉNYI
ITALIE	ITALY	ITÁLIA
	AMEDEO GIANNINI GIOVANNI ZAPPALÀ	AMEDEO GIANNINI GIOVANNI ZAPPALÀ

JAPON		JAPAN	JAPÃO
	N. KAWASHIMA UKITSU TANAKA		N. KAWASHIMA UKITSU TANAKA
LUXEMBOURG		LUXEMBURG	LUXEMBURGO
	CH. G. VERMAIRE		CH. G. VERMAIRE
MEXIQUE		MEXICO	MÉXICO
	ANTONIO CASTRO-LEAL		ANTONIO CASTRO-LEAL
MONACO		MONACO	MÓNACO
	C. HENTSCH		C. HENTSCH <i>Ad referendum</i>
NORVÈGE		NORWAY	NORUEGA
	STUB HOLMBOE		STUB HOLMBOE
PAYS-BAS		THE NETHERLANDS	HOLANDA
	J. KOSTERS		J. KOSTERS
POLOGNE		POLAND	POLÔNIA
	JÓZEF SULKOWSKI		JÓZEF SULKOWSKI
PORTUGAL		PORTUGAL	PORTUGAL
	JOSÉ CAEIRO DA MATA		JOSÉ CAEIRO DA MATA
ROUMANIE		ROUMANIA	ROMÉNIA
	C. ANTONIADE		C. ANTONIADE.
SUÈDE		SWEDEN	SUÉCIA
	E. MARKS VON WÜRTTEMBERG BIRGER EKEBERG K. DAHLBERG		E. MARKS VON WÜRTTEMBERG BIRGER EKEBERG K. DAHLBERG
			Sob reserva de ratificação por S. M. o Rei da Suécia, com a aprovação do Riksdag.
SUISSE		SWITZERLAND	SUÍÇA
	VISCHER HULFTEGGER		VISCHER HULFTEGGER
TCHECOSLOVAQUIE		CZECHOSLOVAKIA	CHECO-ESLOVÁQUIA
	DR. KAREL HERMANN-OТАVSKÝ		DR. KAREL HERMANN-OТАVSKÝ
TURQUIE		TURKEY	TURQUIA
	CEMAL HÜSNÜ		CEMAL HÜSNÜ
YOUNGOSLAVIE		YUGOSLAVIA	JUGO-ESLÁVIA
	I. CHOUMENKOVITCH		I. CHOUMENKOVITCH

Visto, examinado e considerado quanto se contém na referida Convenção com protocolo, aprovada pelo decreto-lei número vinte e três mil setecentos e vinte e um, de vinte e nove de Março de mil novecentos e trinta e quatro, é, pela presente Carta, a mesma Convenção com protocolo confirmada e ratificada, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dada por firme e válida para produzir os seus efeitos e ser inviolavelmente cumprida e observada.

Em testemunho do que a presente Carta vai por nós assinada e selada com o sêlo da República Portuguesa.

Dada nos Paços do Governo da República, aos dez dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e quatro.—**ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA**—*José Caeiro da Mata.*

Esta Carta de Confirmação e ratificação foi depositada nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações em 9 de Junho de 1934, devendo a Convenção, nos termos do artigo 6.º, começar a vigorar, para Portugal, noventa dias após aquela data.

Também, nos termos do § 1.º do artigo 9.º da presente Convenção, ficou exarada na acta de depósito a seguinte declaração: «Esta ratificação é feita por Portugal sob reserva de que as disposições da Convenção não se aplicam ao território colonial português?».

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 21 de Junho de 1934.—Pelo Director Geral, *A. M. Ferraz de Andrade*.

ACTE FINAL

Les Gouvernements de l'Allemagne, de l'Autriche, de la Belgique, du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, du Danemark, de la Ville libre de Dantzig, de l'Equateur, de l'Espagne, de la Finlande, de la France, de la Grèce, de la Hongrie, de l'Italie, du Japon, de la Lettonie, du Luxembourg, du Mexique, de Monaco, de la Norvège, des Pays-Bas, du Pérou, de la Pologne, du Portugal, de la Roumanie, de la Suède, de la Suisse, de la Tchécoslovaquie, de la Turquie, du Venezuela et de la Yougoslavie.

Ayant accepté l'invitation qui leur a été adressée en vertu d'une décision du Conseil de la Société des Nations en date du 14 juin 1929, de prendre part à une Conférence internationale pour l'unification du droit en matière de lettres de change, billets à ordre et chèques (deuxième session),

Ont, en conséquence, désigné comme délégués, conseillers techniques et secrétaires :

ALLEMAGNE

Délégués :

M. Leo Quassowski, Conseiller ministériel au Ministère de la Justice du Reich.
Le docteur Erich Albrecht, Conseiller de légation au Ministère des Affaires étrangères du Reich.
Le docteur Erwin Pätzold, Conseiller au Tribunal de Schweidnitz.

AUTRICHE

Délégués :

Le docteur Guido Strobel, Conseiller ministériel au Ministère fédéral de la Justice.
Le docteur Paul Hammerschlag¹, Ancien Directeur de l'Institut de Crédit pour le commerce et l'industrie, Vice-Président de la Chambre de Commerce et d'Industrie à Vienne.
Le docteur Max Sokal, Directeur de la Société de Virement et d'Encaissement à Vienne.

BELGIQUE

Délégués :

Son Excellence le vicomte Prosper Poulet, Ministre d'Etat, Membre de la Chambre des Représentants, Professeur à l'Université de Louvain, Chef de la délégation.
M. J. de la Vallée Poussin, Secrétaire général honoraire du Ministère des Sciences et des Arts.
Le baron Edmond Carton de Wiart, Directeur de la Société Générale de Belgique.
M. Paul van Zeeland, Directeur de la Banque Nationale de Belgique.

Secrétaire :

Le docteur François-Xavier Simonis, Industriel.

¹ M. Hammerschlag a été empêché de prendre part à la Conférence.

GRANDE-BRETAGNE ET IRLAND DU NORD

ainsi que toutes parties de l'Empire britannique non Membres séparés
de la Société des Nations

Délégué:

M. H. C. Gutteridge, K. C., «Fellow of Trinity Hall», Cambridge.

Conseiller technique:

M. B. J. Foster, «Assistant General Manager of Barclay's Bank Limited, London.»

DANEMARK

Délégués:

M. Axel Helper, Conseiller ministériel au Ministère du Commerce et de l'Industrie.
M. Valdemar Eigtved, Directeur de la «Privatbanken», Copenhague.

Secrétaires:

M. F. C. L. Neergaard-Petersen, Secrétaire au Ministère du Commerce et de l'Industrie.
M. Cai Ebbe Eigtved, Docteur en droit.

VILLE LIBRE DE DANTZIG

Délégués:

Le docteur Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de Codification de Pologne, Chef de la délégation.
M. Richard Kettlitz, Conseiller supérieur de justice à la Cour Suprême de la Ville libre.

ÉQUATEUR

Délégué:

Le docteur Alejandro Gastelú, Consul à Genève.

ESPAGNE

Délégué:

Le professeur Francisco Bernis, Secrétaire général du Conseil supérieur bancaire.

Délégué adjoint:

Le docteur Juan Gómez Montejo, Chef de section du Corps des juristes du Ministère de la Justice.

FINLANDE

Délégué:

M. Filip Grönwall, Conseiller d'Etat, Membre de la Haute Cour administrative.

FRANCE

Délégué:

M. Louis Jean Percerou, Professeur à la Faculté de droit de l'Université de Paris.

Délégué adjoint:

M. Jacques Bouteron, Inspecteur à la Banque de France.

Conseiller technique:

M. Gaston Libersat, Chef de Bureau au Ministère du Commerce.

GRÈCE

Délégué:

M. R. Raphaël, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.

Délégué adjoint:

M. A. Contoumas, Premier secrétaire de la Délégation permanente auprès de la Société des Nations.

HONGRIE

Délégué:

Le docteur Eugène de Asztalos, Conseiller ministériel au Ministère de la Justice.

ITALIE

Délégués:

Son Excellence M. Amedeo GIANNINI, Conseiller d'Etat, Ministre plénipotentiaire de première classe, Président de la délégation.
 M. Ago Arcangeli, Député, Professeur de droit à l'Université de Rome, Vice-Président de la délégation.
 M. Giulio DIENA, Professeur de droit à l'Université de Pavie.
 M. Isidoro La Lumia, Professeur de droit à l'Université de Milan.
 M. Lorenzo Mossa, Professeur de droit à l'Université de Pise.

Experts:

M. Augusto Weiller, Avocat, Représentant de la Confédération générale bancaire fasciste.
 M. Luigi Biamonti, Avocat, Représentant de la Confédération générale fasciste de l'industrie.
 M. Antonio Navarra, Avocat, Représentant de la Confédération générale faciste des commerçants.
 M. Giovanni Zappalà, Avocat, Chef de division au Ministère des Finances.
 M. Giuseppe de Majo, Avocat, Représentant de la Banque d'Italie.

Secrétaire:

M. Giacinto Bosco, Professeur de droit, Secrétaire au Ministère des Affaires étrangères.

JAPON

Délégués:

Son Excellence M. Nobutaro Kawashima, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président de la République hellénique.
 M. Ukitsu Tanaka, Juge à la Cour Suprême du Japon.

Délégués adjoints:

M. Riichi Sasaki, Secrétaire au Ministère de la Justice.
 M. Yoshiro Andō, Secrétaire à l'Ambassade du Japon près le Comité central exécutif de l'Union des Républiques soviétistes socialistes.

LETTONIE

Délégué:

Son Excellence M. Jules Feldmans, Ministre plénipotentiaire, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.

LUXEMBOURG

*Délégué:***M. Charles Vermaire, Consul à Genève.**

ÉTATS-UNIS DU MEXIQUE

*Délégué:***M. Antonio Castro-Leal, Observateur auprès de la Société des Nations.**

MONACO

*Délégué:***M. Conrad E. Hentsch, Consul général de la Principauté à Genève.***Délégué adjoint:***M. Jacques Bouteron, Inspecteur à la Banque de France.**

NORVEGE

*Délégué:***M. C. Stub Holmboe, Avocat à la Cour Suprême.***Délégué adjoint:***M. J. T. Broch, Secrétaire au Ministère de la Justice.**

PAYS-BAS

*Délégués:***Le docteur J. Kosters, Conseiller à la Haute Cour de Justice, ancien professeur de l'Université de Groningue, Chef de la délégation.****Le docteur C. D. Asser, Avocat à Amsterdam. Président des Tribunaux arbitraux mixtes franco-allemand, gréco-allemand, franco-turc et turco-belge.****Le docteur F. G. Scheltema, Professeur à l'Université d'Amsterdam.****Le docteur H. A. van Nierop, Administrateur-Directeur de l'«Amsterdamsche Bank».****M. A. G. Dunlop, Directeur de la «Nederlandsch-Indische Handelsbank», Amsterdam.***Secrétaire:***M. Max Franssen, Docteur en droit.**

PÉROU

*Délégué:***Don José Maria Barreto, Secrétaire général permanent de la Délégation auprès de la Société des Nations, ancien Chargé d'affaires à Berlin.**

POLOGNE

*Délégués:***Le docteur Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de Codification de Pologne, Chef de la délégation.****M. Jan Namitzkiewicz, Professeur à l'Université de Varsovie, Juge au Tribunal arbitral mixte germano-polonais.**

PORTUGAL

Délégué:

Le docteur José Caeiro da Mata, Recteur de l'Université de Lisbonne, Professeur à la Faculté de droit, Directeur de la Banque de Portugal et Juge suppléant à la Cour permanente de Justice internationale.

ROUMANIE

Délégués:

Son Excellence M. Constantin Antoniade, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès de la Société des Nations.

Son Excellence M. Eugène Neculcea, Ministre plénipotentiaire, membre correspondant du Comité économique de la Société des Nations.

SUÈDE

Délégués:

Son Excellence M. le baron Erik Teodor Marks von Würtemberg, Président de la Cour d'appel de Stockholm, ancien Ministre des Affaires étrangères, Chef de la délégation.

Son Excellence M. L. Birger Ekeberg, ancien Ministre de la Justice, Président de la Commission de législation civile, ancien Conseiller de la Cour Suprême.

Son Excellence M. Knut Dahlberg, ancien Ministre de l'Agriculture, Directeur de l'Association des Banques suédoises.

Secrétaire:

M. Eric de Post, Secrétaire au Ministère des Affaires étrangères.

SUISSE

Délégués:

Le docteur Max Vischer, Avocat et notaire, Premier secrétaire de l'Association suisse des Banquiers à Bâle.

Le docteur O. Hulftegger, Premier secrétaire du Directoire de l'Union suisse du Commerce et de l'Industrie à Zurich.

TCHÉCOSLOVAQUIE

Délégué:

Le docteur Karel Hermann-Otavsky, professeur à l'Université de Prague, Président de la Commission de codification du droit commercial au Ministère de la Justice.

Expert et Délégué adjoint:

Le docteur Jan Srb, Conseiller de section au Ministère de la Justice, Secrétaire général de la Commission pour la codification du droit civil.

Secrétaire:

Le docteur Henri Nosek, Commissaire au Ministère des Affaires étrangères.

TURQUIE

Délégué:

Son Excellence Cemal Hüsnü bey, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse, ancien Ministre de l'Instruction publique.

ÉTATS-UNIS DU VENEZUELA

Délégué :

M. Carlos Eduardo de la Madriz, Consul général à Berne.

YOUGOSLAVIE

Délégué :

Le docteur Berthold Eisner, Président de chambre à la Cour Suprême de Sarajevo et Directeur au Ministère de la Justice.

Délégué suppléant :

Le docteur Ivan Soubbotitch, Chef de section au Ministère des Affaires étrangères.

* * *

Ont participé à la Conférence à titre d'observateurs:

ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE

M. Martin Hebert Kennedy, Membre du Barreau américain, Membre de l'Association américaine de droit international, Commissaire commercial des Etats-Unis à Londres.

Adjoint :

M. James W. Riddleberger, du Consulat des Etats-Unis à Genève.

* * *

Ont pris part à la Conférence à titre consultatif:

REPRÉSENTANT DU COMITÉ ÉCONOMIQUE DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS

M. J. A. Barboza-Carneiro, Membre correspondant du Comité économique et membre du Comité consultatif économique de la Société des Nations.

CHAMBRE DE COMMERCE INTERNATIONAL

M. Albert Troullier, ancien Président du Tribunal de Commerce de la Seine, ancien Président de la Société de législation comparée, Vice-président de la Société d'études législatives, Chef de la délégation.

M. Richard Schmidt, «Geheimer Kommerzienrat», Président de la Chambre de Commerce de Leipzig.

INSTITUT INTERNATIONAL DE ROME POUR L'UNIFICATION DU DROIT PRIVÉ

M. René David, Secrétaire général adjoint de l'Institut,

qui se sont réunis à Genève, le 23 février 1931, sous la présidence de M. le Dr J. Limburg, Membre du Conseil d'Etat des Pays-Bas, désigné par le Conseil de la Société des Nations.

M. Ch. Smets, membre de la Section des relations économiques du Secrétariat, a assumé les fonctions de secrétaire général de la Conférence. Il a été assisté de MM. Bernier et Hauswirth membres du Secrétariat de la Société des Nations.

La Conférence a désigné un Comité de rédaction composé de: M. Giannini, *président*, M. Percerou, rapporteur général. M. Ekeberg, M. Quassowski et M. Sulkowski.

M. Joseph Nisot, membre de la Section juridique du Secrétariat, a agi comme conseiller juridique.

A la suite des délibérations consignées aux procès-verbaux des séances, la Conférence a élaboré, avec les protocoles y relatifs, les trois conventions suivantes:

1. Convention portant loi uniforme sur les chèques;
2. Convention destinée à régler certains conflits de lois en matière de chèques;
3. Convention relative au droit de timbre en matière de chèques.

La Conférence a également émis les vœux ci-après:

I

La Conférence, dans le but d'éviter que soient adoptés des textes de la loi uniforme dans la même langue, qui présentent des divergences de traduction, émet le vœu que les Etats qui ont la même langue officielle veuillent établir d'un commun accord la traduction officielle de la loi uniforme.

II

La Conférence émet le vœu que les Hautes Parties contractantes se notifient entre elles les listes des jours fériés légaux et des autres jours où le paiement ne peut être exigé dans leurs pays respectifs.

III

La Conférence émet également le vœu que les parties à la Convention portant loi uniforme sur les chèques se communiquent entre elles le texte des plus importantes décisions judiciaires intervenues sur leurs territoires respectifs et tombant sous l'application de ladite Convention.

IV

La Conférence exprime le vœu que les Hautes Parties contractantes étudient la possibilité d'introduire dans leurs législations respectives une disposition interdisant l'usage du mot «chèque» ou son équivalent dans la langue nationale, dans les titres auxquels ne s'appliquent pas entièrement les dispositions de la Convention portant loi uniforme sur les chèques.

La Conférence signale également l'importance de cette question à l'attention de l'Institut international de Rome pour l'unification du Droit privé.

V

La Conférence signale au Conseil de la Société des Nations le grand intérêt que présenterait la publication périodique par le Secrétariat de la Société des Nations d'un recueil des lois d'application ainsi que de toute documentation officielle, notamment des décisions rendues par les Cours suprêmes des Hautes Parties contractantes en matière de lettres de change, billets à ordre et chèques.

En foi de quoi les délégués susmentionnés ont signé le présent Acte final.

Fait à Genève, le dix-neuf mars mil neuf cente trente et un, en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations. Une copie certifiée conforme sera transmise par les soins du Secrétaire général de la Société à tous les Membres de la Société des Nations et à tous les Etats non membres invités à la Conférence.

Président

LIMBURG

Secrétaire général de la Conférence

C. SMETS

ALLEMAGNE

L. QUASSOWSKI
Dr. ALBRECHT
ERWIN PÄTZOLD

AUTRICHE

Dr. GUIDO STROBELE POUSSIN

BELGIQUE

DE LA VALLÉE

GRANDE-BRETAGNE ET IRLANDE DU NORD

(AINSIX QUE TOUTES PARTIES DE L'EMPIRE BRITANNIQUE NON MEMBRES SÉPARÉS DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS)

H. C. GUTTERIDGE

DANEMARK

HELPER
V. EIGTVED

VILLE LIBRE DE DANTZIG

JÓZEF SULKOWSKI

ÉQUATEUR

ALEJ. GASTELÚ

ESPAGNE

FRANCISCO BERNIS
JUAN GÓMEZ MONTEJO

FINLANDE

F. GRÖNWALL

FRANCE

J. PERCEROU
GASTON LIBERSAT

GRÈCE

R. RAPHAËL
CONTOUMAS

HONGRIE

EUGÈNE ASZTALOS

ITALIE

AMEDEO GIANNINI
GIULIO DIENA
GIOVANNI ZAPPALÀ
GLACINTO BOSCO

JAPON

N. KAWASHIMA
U. TANAKA

LETTONIE

J. FELDMANS

LUXEMBOURG

CH. G. VERMAIRE

MEXIQUE

ANTONIO CASTRO-LEAL

MONACO

C. HENTSCHE

NORVÈGE

STUB HOLMBOE
JENS TRAMPE BROCH

PAYS-BAS

J. KOSTERS
SCHELTEMA
VAN NIEROP
MAX FRANSSEN

POLOGNE

JOZÉF SULKOWSKI

PORUGAL

JOSÉ CAEIRO DA MATA

ROUMANIE

C. ANTONIADE
E. NECULCEA

SUÈDE

E. MARKS VON WÜRTEMBERG.
BIRGER EKEBERG
K. DAHLBERG

SUISSE

VISCHER
HULFTEGGER

TCHECOSLOVAQUIE

DR. KAREL HERMANN-OHAVSKY
DR. JAN SRB

TURQUIE

CEMAL HÜSNÜ

VENEZUELA

C. E. DE LA MADRIZ

YUGOSLAVIE

DR. IVAN V. SOUBBOTITCH

COMITÉ ÉCONOMIQUE
DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS

J. A. BARBOZA-CARNEIRO

INSTITUT INTERNATIONAL DE ROME
POUR L'UNIFICATION DU DROIT PRIVÉ

RENÉ DAVID

FINAL ACT.

The Governments of Germany, Austria, Belgium, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, Denmark, the Free City of Danzig, Ecuador, Spain, Finland, France, Greece, Hungary, Italy, Japan, Latvia, Luxemburg, Mexico, Monaco, Norway, the Netherlands, Peru, Poland, Portugal, Roumania, Sweden, Switzerland, Czechoslovakia, Turkey, Venezuela and Yugoslavia,

Having accepted the invitation extended to them in virtue of a decision by the Council of the League of Nations, dated June 14th, 1929, to take part in an International Conference for the unification of laws on bills of exchange, promissory notes and cheques (second session),

Have in consequence appointed as delegates, technical advisers and secretaries :

GERMANY

Delegates:

M. Leo Quassowski, Ministerial Counsellor in the Reich Ministry of Justice.
 Dr. Erich Albrecht, Counsellor of Legation in the Reich Ministry for Foreign Affairs.
 Dr. Erwin Pätzold, «Landgerichtsrat» at the Court of Schweidnitz.

AUSTRIA

Delegates:

Dr. Guido Stroebele, Ministerial Counsellor in the Federal Ministry of Justice.
 Dr. Paul Hammerschlag,¹ Former Director of the Credit Bank for Commerce and Industry, Vice-President of the Vienna Chamber of Commerce and Industry.
 Dr. Max Sokal, Director of the Clearing and Collections Company at Vienna.

BELGIUM

Delegates:

His Excellency Viscount Prosper Poulet, Minister of State, Member of the House of Representatives, Professor at the University of Louvain, Head of the Delegation.
 M. J. de la Vallée Poussin, Honorary Secretary-General of the Ministry of Science and Arts.
 Baron Edmond Carton de Wiart, Director of the «Société Générale de Belgique».
 M. Paul van Zeeland, Director of the National Bank of Belgium.

Secretary:

Dr. François-Xavier Simonis, Industrialist.

¹ Dr. Hammerschlag was prevented from attending the Conference.

GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

and all Parts of the British Empire which are not Separate Members
of the League of Nations.

Delegate:

Mr. H. C. Gutteridge, K. C., Fellow of Trinity Hall, Cambridge.

Technical Adviser:

Mr. B. J. Foster, Assistant General Manager of Barclay's Bank Limited, London.

DENMARK

Delegates:

M. Axel Helper, Ministerial Counsellor in the Ministry of Commerce and Industry.
M. Valdemar Eigtved, General Manager of the «Privatbanken», Copenhagen.

Secretaries:

M. F. C. L. Neergaard-Petersen, Secretary in the Ministry of Commerce and Industry.
M. Cai Ebbe Eigtved, Doctor of Laws.

FREE CITY OF DANZIG

Delegates:

Dr. Józef Sulkowski, Professor at the University of Poznan, Member of the Polish Codification,
Commission, Head of the Delegation.
M. Richard Kettlitz, «Conseiller Supérieur» of Justice of the Free City.

ECUADOR

Delegate:

Dr. Alejandro Gastelú, Consul at Geneva.

SPAIN

Delegate:

Professor Francisco Bernis, Secretary-General of the «Consejo Superior Bancario».

Substitute:

Dr. Juan Gómez Montejo, Head of Section of the Corps of Jurists in the Ministry of Justice.

FINLAND

Delegate:

M. Filip Grönwall, Counsellor of State, Member of the High Administrative Court.

FRANCE

Delegate:

M. Louis Jean Péricorou, Professor in the Faculty of Law of the University of Paris.

Substitute:

M. Jacques Bouteron, Inspector of the Bank of France.

Technical Adviser:

M. Gaston Libersat, Head of Service in the Ministry of Commerce.

GREECE

Delegate:

M. R. Raphaël, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

Substitute:

M. A. Contoumas, First Secretary of the Permanent Delegation accredited to the League of Nations.

HUNGARY

Delegate:

Dr. Eugène de Asztalos, Ministerial Counsellor in the Ministry of Justice.

ITALY

Delegates:

His Excellency M. Amedeo Giannini, Counsellor of State, First-Class Minister Plenipotentiary, President of the Delegation.

M. Agoe Arcangeli, Member of Parliament, Professor of Law at the University of Rome, Vice-President of the Delegation.

M. Giulio Diena, Professor of Law at the University of Pavia.

M. Isidoro La Lumia, Professor of Law at the University of Milan.

M. Lorenzo Mossa, Professor of Law at the University of Pisa.

Experts:

M. Augusto Weiller, Barrister-at-Law, Representative of the Fascist General Banking Confederation.

M. Luigi Biamonti, Barrister-at-Law, Representative of the Fascist General Confederation of Industry.

M. Antonio Navarra, Barrister-at-Law, Representative of the Fascist General Merchant's Confederation.

M. Giovanni Zappalà, Barrister-at-Law, Head of Section in the Ministry of Finance.

M. Giuseppe de Majo, Barrister-at-Law, Representative of the Bank of Italy.

Secretary:

M. Giacinto Bosco, Professor of Law, Secretary at the Ministry for Foreign Affairs.

JAPAN

Delegates:

His Excellency M. Nobutaro Kawashima, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the President of the Hellenic Republic.

M. Ukitsu Tanaka, Judge at the Supreme Court of Japan.

Substitutes:

M. Riichi Sasaki, Secretary at the Ministry of Justice.

M. Yoshiro Andô, Secretary at the Japanese Embassy accredited to the Central Executive Committee of the Union of Soviet Socialist Republics.

LATVIA

Delegate:

His Excellency M. Jules Feldmans, Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

LUXEMBURG

Delegate:

M. Charles Vermaire, Consul at Geneva.

UNITED STATES OF MEXICO

Delegate:

M. Antonio Castro-Leal, Observer accredited to the League of Nations.

MONACO

Delegate:

M. Conard E. Hentsch, Consul-General of the Principality at Geneva.

Substitute:

M. Jacques Bouteron, Inspector of the Bank of France.

NORWAY

Delegate:

M. C. Stub Holmboe, Advocate at the Supreme Court.

Substitute:

M. J. T. Broch, Secretary at the Ministry of Justice.

THE NETHERLANDS

Delegates:

Dr. J. Kosters, Counsellor at the High Court of Justice, Former Professor at the University of Groningen, Head of the Delegation.
 Dr. C. D. Asser, Barrister-at-Law at Amsterdam, President of the Franco-German, Greco-German, Franco-Turkish, and Turco-Belgian Mixed Arbitral Tribunals.
 Dr. F. G. Scheltema, Professor at the University of Amsterdam.
 Dr. H. A. van Nierop, Managing Director of the «Amsterdamsche Bank».
 M. A. G. Dunlop, Managing Director of the «Nederlandsch-Indische Handelsbank» at Amsterdam.

Secretary:

M. Max Franssen, Doctor of Laws.

PERU

Delegate:

Don José Maria Barreto, Permanent Secretary-General of the Delegation accredited to the League of Nations, Former *Chargé d'Affaires* at Berlin.

POLAND

Delegates:

Dr. Józef Sulkowski, Professor at the University of Poznan, Member of the Polish Codification Commission, Head of the Delegation.
 M. Jan Namitzkiewicz, Professor at the University of Warsaw, Judge at the Germano-Polish Mixed Arbitral Tribunal.

PORTUGAL

Delegate:

Dr. José Caeiro da Mata, Rector of the University of Lisbon, Professor in the Faculty of Law, Director of the Bank of Portugal and Deputy Judge at the Permanent Court of International Justice.

ROUMANIA

Delegates:

His Excellency M. Constantin Antoniade, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the League of Nations.
 His Excellency M. Eugène Neculcea, Minister Plenipotentiary, Corresponding Member of the Economic Committee of the League of Nations.

SWEDEN

Delegates:

His Excellency Baron Erik Teodor Marks von Würtemberg, President of the Stockholm Court of Appeal, Former Minister for Foreign Affairs, Head of the Delegation.
 His Excellency M. L. Birger Ekeberg, Former Minister of Justice, President of the Civil Legislation Commission, Former Counsellor of the Supreme Court.
 His Excellency M. Knut Dahlberg, Former Minister of Agriculture, Director of the Association of Swedish Banks.

Secretary:

M. Eric de Post, Secretary at the Ministry for Foreign Affairs.

SWITZERLAND

Delegates:

Dr. Max Vischer, Barrister-at-Law and Notary, First Secretary of the Swiss Bankers' Association at Basle.
 Dr. O. Hulftegger, First Secretary to the Board of the Swiss Commercial and Industrial Union at Zurich.

CZECHOSLOVAKIA

Delegate:

Dr. Karel Hermann-Otavsky, Professor at the University of Prague, President of the Codification Commission for Commercial Law in the Ministry of Justice.

Expert and Substitute Delegate:

Dr. Jan Srb, Departmental Counsellor in the Ministry of Justice, Secretary-General of the Codification Commission for Civil Law.

Secretary:

Dr. Henri Nosek, Commissioner in the Ministry for Foreign Affairs.

TURKEY

Delegate:

His Excellency Cemal Hüsnü Bey, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Swiss Federal Council, Former Minister of Public Instruction.

UNITED STATES OF VENEZUELA

Delegate:

M. Carlos Eduardo de la Madriz, Consul-General at Berne.

YUGOSLAVIA

Delegate:

Dr. Berthold Eisner, President of Chamber at the Supreme Court of Sarajevo, and Director at the Ministry of Justice.

Substitute:

Dr. Ivan Soubbotitch, Head of Section at the Ministry for Foreign Affairs.

* * *

Attended the Conference as Observers.

UNITED STATES OF AMERICA

Mr. Martin Herbert Kennedy, Member of the American Bar Association, Member of the American Society of International Law, United States Trade Commissioner in London.

Substitute:

Mr. James W. Riddleberger, of the Consulate of the United States at Geneva.

* * *

Attended the Conference in an advisory capacity:

REPRESENTATIVE OF THE ECONOMIC COMMITTEE OF THE LEAGUE
OF NATIONS

M. J. A. Barboza-Carneiro, Corresponding Member of the Economic Committee and Member of the Advisory Economic Committee of the League of Nations.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE

M. Albert Troullier, Former President of the Commercial Tribunal of the Seine, Former President of the «Société de Législation comparée», Vice-President of the «Société d'études législatives», Head of the Delegation.

M. Richard Schmidt, «Geheimer Kommerzienrat», President of the Leipzig Chamber of Commerce.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION
OF PRIVATE LAW AT ROME

M. René David, Deputy-Secretary-General of the Institute, Who assembled at Geneva on February 23rd, 1931, under the presidency of Dr. J. Limburg, Member of the Netherlands Council of State, appointed by the Council of the League of Nations.

M. Ch. Smets, member of the Section of Economic Relations of the Secretariat, acted as Secretary-General of the Conference and was assisted by M. Bernier and M. Hauswirth, members of the Secretariat of the League of Nations.

The Conference appointed a Drafting Committee consisting of M. Giannini (*Chairman*), M. Percerou, General Rapporteur, M. Ekeberg, M. Quassowski and M. Sulkowski.

M. Joseph Nisot, member of the Legal Section of the Secretariat, acted as legal adviser.

In the course of discussions, which are recorded in the Minutes of the Meetings, the Conference framed, together with the protocols relating thereto, the three following conventions:

1. Convention providing uniform law on cheques;
2. Convention for the settlement of certain conflicts of laws in connection with cheques;
3. Convention on stamp laws in connection with cheques.

The Conference also made the following recommendations:

I.

In order to avoid the adoption of texts of the Uniform Law translated in different ways in the same language, the Conference recommends that countries whose official language is the same should agree to establish an official translation of the Uniform Law.

II.

The conference recommends that the High Contracting Parties should communicate to one another a list of the legal holidays and other days on which payment cannot be demanded in their respective countries.

III.

The Conference further recommends that the Parties to the Convention providing a Uniform Law for Cheques should communicate to one another the text of the most important judgments given in their respective territories coming under the application of the said Convention.

IV.

The Conference recommends that the High Contracting Parties should consider the possibility of introducing into their respective laws a provision prohibiting the use of the word «cheque», or its equivalent in the language of the country, in instruments to which the provisions of the Convention providing a Uniform Law for Cheques do not apply in their entirely.

The Conference also draws the attention of the International Institute for the Unification of Private Law at Rome to the importance of this question.

V.

The Conference draws the attention of the Council of the League of Nations to the great importance of a periodical publication by the League of Nations Secretariat of the laws giving effect to the obligations assumed in regard to bills of exchange, promissory notes and cheques and also of any official materials concerning such instruments, particularly decisions given by the Supreme Courts of the High Contracting Parties.

In Faith Whereof, the above-mentioned delegates have signed the present Final Act.

Done at Geneva the nineteenth day of March, one thousand nine hundred and thirty-one, in a single copy, which shall be deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations. Authenticated copies shall be delivered by the Secretary-General of the League to all Members of the League of Nations and to all non-member States invited to the Conference.

Chairman

LIMBURG

Secretary-General of the Conference

C. SMETS

GERMANY

L. QUASSOWSKI
Dr. ALBRECHT
ERWIN PÄTZOLD

AUSTRIA

Dr. GUIDO STROEBEL
POUSSIN

BELGIUM

DE LA VALLÉE

GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

(AND ALL PARTS OF THE BRITISH EMPIRE
WHICH ARE NOT SEPARATE MEMBERS OF
THE LEAGUE OF NATIONS)

H. C. GUTTERIDGE

DENMARK

HELPER
V. EIGTVED

FREE CYTY OF DANZIG

JOZÉF SULKOWSKI

ECUADOR

ALEJ. GASTELÚ

SPAIN

FRANCISCO BERNIS
JUAN GÓMEZ MONTEJO

FINLAND

F. GRÖNWALL

FRANCE

J. PERCEROU
GASTON LIBERSAT

GREECE

R. RAPHAËL
CONTOUMAS

HUNGARY

EUGÈNE ASZTALOS

ITALY

AMEDEO GIANNINI
GIULIO DIENA
Giovanni ZAPPALÀ
GIACINTO Bosco

JAPAN

N. KAWASHIMA
U. TANAKA

LATVIA

J. FELDMANS.

LUXEMBURG

CH. G. VERMAIRE

MEXICO

ANTONIO CASTRO-LEAL

MONACO

C. HENTSCH

NORWAY

STUB HOLMBOE
JENS TRAMPE BROCH

THE NETHERLANDS

J. KOSTERS
SCHELTEMA
VAN NIEROP
MAX FRANSSEN

POLAND

JÓSEF SULKOWSKI

PORTUGAL

JOSÉ CAEIRO DA MATA

ROUMANIA

C. ANTONIADE
E. NECULCEA

SWEDEN

E. MARKS VON WÜRTEMBERG.
BIRGER EKEBERG
K. DAHLBERG

SWITZERLAND

VISCHER
HULFTEGGER

CZECHOSLOVAKIA

DR. KAREL HERMANN-OTAVSKY
DR. JAN SRB

TURKEY

CEMAL HÜSNÜ

VENEZUELA

C. E. DE LA MADRIZ

YUGOSLAVIA

DR. IVAN V. SOUBBOTITCH

ECONOMIC COMMITTEE
OF THE LEAGUE OF NATIONS

J. A. BARBOZA-CARNEIRO

INTERNATIONAL INSTITUTE
FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW AT ROME

RENÉ DAVID

ACTO FINAL DA CONFERÊNCIA

(Segunda sessão)

Os Governos da Alemanha, da Áustria, da Bélgica, do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, da Dinamarca, da Cidade Livre de Dantzig, do Equador, da Espanha, da Finlândia, da França, da Grécia, da Hungria, da Itália, do Japão, da Letónia, do Luxemburgo, do México, do Mónaco, da Noruega, da Holanda, do Peru, da Polónia, de Portugal, da Roménia, da Suécia, da Suiça, da Tchecoslováquia, da Turquia, da Venezuela e da Jugoslávia;

Tendo aceite o convite que, em virtude duma decisão do Conselho da Sociedade das Nações, de 14 de Junho de 1929, lhes havia sido dirigido para tomar parte numa Conferência Internacional para a unificação do direito em matéria de letras, livrancas e cheques (segunda sessão):

Designaram, por consequência, como delegados, conselheiros técnicos e secretários:

ALEMANHA

Delegados :

O Sr. Leo Quassowski, Conselheiro Ministerial no Ministério da Justiça do Reich;
O Dr. Erich Albrecht, Conselheiro de Legação no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich;
O Dr. Erwin Pätzold, Conselheiro no Tribunal de Schweidnitz.

ÁUSTRIA

Delegados :

O Dr. Guido Strobel, Conselheiro Ministerial no Ministério Federal da Justiça;
O Dr. Paul Hammerschlag⁽¹⁾, antigo Director do Instituto de Crédito Comercial e Industrial, Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Viena;
O Dr. Max Sokal, Director da Sociedade de Compensação e Cobrança de Viena.

BÉLGICA

Delegados :

Sua Excelênci a Visconde Prosper Poulet, Ministro de Estado, Membro da Câmara dos Representantes, Professor da Universidade de Lovaina, Presidente da Delegação;
O Sr. J. de la Vallée Poussin, Secretário Geral Honorário do Ministério das Ciências e das Artes;
O Barão Edmond Carton de Wiart, Director da Sociedade Geral da Bélgica;
O Sr. Paul Van Zeeland, Director do Banco Nacional da Bélgica.

Secretário :

O Dr. François-Xavier Simonis, Industrial.

⁽¹⁾ O Sr. Hammerschlag foi impedido de tomar parte na Conferência.

GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

assim como todas as partes do Império Britânico não Membros separados da Sociedade das Nações

Delegado:

O Sr. H. C. Gutteridge, K. C., «Fellow of Trinity Hall», Cambridge.

Conselheiro Técnico:

O Sr. B. J. Foster, «Assistant General Manager of Barclay's Bank Ltd, London».

DINAMARCA

Delegados:

O Sr. Axel Helper, Conselheiro Ministerial no Ministério do Comércio e Indústria;
O Sr. Valdemar Eigtved, Director do «Privatbanken», Copenhague.

Secretários:

O Sr. F. C. L. Neergard-Petersen, Secretário do Ministério do Comércio e Indústria;
O Sr. Cai Ebbe Eigtved, Doutor em direito.

CIDADE LIVRE DE DANTZIG

Delegados:

O Dr. Józef Sulkowski, Professor da Universidade de Poznan, Membro da Comissão de Codificação da Polónia, Presidente da Delegação;
O Sr. Richard Kettlitz, Conselheiro Superior de Justiça do Supremo Tribunal da Cidade Livre.

EQUADOR

Delegado:

O Dr. Alejandro Gastelú, Cônsul em Genebra.

ESPAÑA

Delegado:

O Professor Francisco Bernis, Secretário Geral do Conselho Superior Bancário.

Delegado adjunto:

O Dr. Juan Gómez Montejo, Chefe de Secção do Corpo de Juristas do Ministério da Justiça.

FINLÂNDIA

Delegado:

O Sr. Filipe Grönvall, Conselheiro de Estado, Membro do Supremo Tribunal Administrativo.

FRANÇA

Delegado:

O Sr. Louis-Jean Percerou, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Paris.

Delegado adjunto:

O Sr. Jacques Bouteron, Inspector do Banco de França.

Conselheiro Técnico:

O Sr. Gaston Libersat, Chefe de Repartição do Ministério do Comércio.

GRÉCIA

Delegado:

O Sr. R. Raphael, Delegado Permanente junto da Sociedade das Nações.

Delegado adjunto:

O Sr. A. Contoumas, Primeiro Secretário da Delegação Permanente junto da Sociedade das Nações.

HUNGRIA

Delegado:

O Dr. Eugène de Asztalos, Conselheiro Ministerial do Ministério da Justiça.

ITÁLIA

Delegados:

Sua Exceléncia o Sr. Amedeo Giannini, Conselheiro de Estado, Ministro Plenipotenciário de 1.^a classe, Presidente da Delegação;
 O Sr. Ageo Arcangeli, Deputado, Professor de Direito da Universidade de Roma, Vice-Presidente da Delegação;
 O Sr. Giulio Diena, Professor de Direito da Universidade de Pavia;
 O Sr. Isidoro La Lumia, Professor de Direito da Universidade de Milão;
 O Sr. Lorenzo Mossa, Professor de Direito da Universidade de Pisa.

Peritos:

O Sr. Augusto Veiller, Advogado, Representante da Confederação Geral Bancária Fascista;
 O Sr. Luigi Biamonti, Advogado, Representante da Confederação Geral Fascista da Indústria;
 O Sr. António Navarra, Advogado, Representante da Confederação Geral Fascista do Comércio;
 O Sr. Giovanni Zappalá, Advogado, Chefe de Divisão do Ministério das Finanças;
 O Sr. Giuseppe de Majo, Advogado, Representante do Banco de Itália.

Secretário:

O Sr. Giacinto Bosco, Professor de Direito, Secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

JAPÃO

Delegados:

Sua Exceléncia o Sr. Nobutaro Kawashima, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto do Presidente da República Helénica;
 O Sr. Ukitsu Tanaka, Juiz do Supremo Tribunal do Japão.

Delegados adjuntos:

O Sr. Rioichi Sasaki, Secretário do Ministério da Justiça;
 O Sr. Yoshiro Andô, Secretário da Embaixada do Japão junto do Comité Central Executivo da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas.

LETÓNIA

Delegado:

Sua Exceléncia o Sr. Jules Feldmans, Ministro Plenipotenciário, Delegado Permanente junto da Sociedade das Nações.

LUXEMBURGO

Delegado:

O Sr. Charles Vermaire, Cônsul em Genebra.

ESTADOS UNIDOS DO MÉXICO

Delegado:

O Sr. António Castro Leal, Observador junto da Sociedade das Nações.

MÓNACO

Delegado:

O Sr. Conrad E. Hentsch, Cônsul Geral do Principado em Genebra.

Delegado adjunto:

O Sr. Jacques Bouteron, Inspector do Banco de França.

NORUEGA

Delegado:

O Sr. C. Stub Holmboe, Advogado do Supremo Tribunal.

Substituto:

O Sr. J. T. Broch, Secretário do Ministério da Justiça.

HOLANDA

Delegados:

O Dr. J. Kosters, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, antigo Professor da Universidade de Groningue, Presidente da Delegação;
 O Dr. C. D. Asser, Advogado em Amesterdão, Presidente dos Tribunais arbitrais mixtos franco-alemão, greco-alemão, franco-turco e turco-belga;
 O Dr. F. G. Scheltema, Professor da Universidade de Amesterdão;
 O Dr. H. A. Van Nierop, Administrador-Director do «Amsterdamsche Bank»;
 O Sr. A. G. Dunlop, Director do «Nederlandsch-Indische Handelsbank», de Amesterdão.

Secretário:

O Sr. Max Franssen, Doutor em Direito.

PERU

Delegado:

Dom José Maria Barreto, Secretário Geral Permanente da Delegação junto da Sociedade das Nações, antigo Encarregado de Negócios em Berlim.

POLÓNIA

Delegados:

O Dr. Józef Sulkowski, Professor da Universidade de Poznan, Membro da Comissão de Codificação da Polónia, Presidente da Delegação.
 O Sr. Jan Namitkiewicz, Professor da Universidade de Varsóvia, Juiz do Tribunal arbitral mixto germano-polaco.

PORTUGAL

Delegado:

O Dr. José Caeiro da Mata, Reitor da Universidade de Lisboa, Professor da Faculdade de Direito, Director do Banco de Portugal e Juiz suplente do Tribunal Permanente de Justiça Internacional.

ROMÉNIA

Delegados:

Sua Exceléncia o Sr. Constantin Antoniade, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto da Sociedade das Nações;
 Sua Exceléncia o Sr. Eugène Neculcea, Ministro Plenipotenciário, Membro correspondente do Comité Económico da Sociedade das Nações.

SUÉCIA

Delegados:

Sua Exceléncia o Sr. Barão Erik Teodor Marks von Wurtemberg, Presidente do Tribunal da Relação de Estocolmo, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Presidente da Delegação;
 Sua Exceléncia o Sr. L. Birger Ekeberg, antigo Ministro da Justiça, Presidente da Comissão de Legislação Civil, antigo Conselheiro do Supremo Tribunal;
 Sua Exceléncia o Sr. Knut Dahlberg, antigo Ministro da Agricultura, Director da Associação dos Bancos Suecos.

Secretário:

O Sr. Eric de Post, Secretário no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

SUÍÇA

Delegados:

O Dr. Max Vischer, Advogado e Notário, Primeiro Secretário da Associação Suíça dos Banqueiros, em Basileia;
 O Dr. O. Hulftegger, Primeiro Secretário do Directório da União Suíça do Comércio e da Indústria, em Zurich.

TCHECOSLOVÁQUIA

Delegado:

O Dr. Karel Hermann-Otavsky, Professor da Universidade de Praga, Presidente da Comissão de Codificação do Direito Comercial do Ministério da Justiça.

Técnico e Delegado adjunto:

O Dr. Jan Srb, Conselheiro de Secção do Ministério da Justiça, Secretário Geral da Comissão de Codificação de Direito Civil.

Secretário:

O Dr. Henri Nosek, Comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

TURQUIA

Delegado:

Sua Exceléncia Cemal Husnu Bey, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto do Conselho Federal Suíço, antigo Ministro da Instrução Pública.

ESTADOS UNIDOS DA VENEZUELA

Delegado:

O Sr. Carlos Eduardo de la Madriz, Cônsul Geral em Berne.

YUGOSLÁVIA

Delegado:

O Dr. Berthold Eisner, Presidente de Câmara no Supremo Tribunal de Sarajevo, Director no Ministério da Justiça.

Delegado Suplente:

O Dr. Ivan Soubbotitch, Chefe de Secção no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

* * *

Tomaram também parte na Conferência a título de observadores

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O Sr. Martin Herbert Kennedy, Advogado Membro da Associação Americana do Direito Internacional, Comissário Comercial dos Estados Unidos em Londres.

Adjunto:

O Sr. James W. Riddleberger, do Consulado dos Estados Unidos em Genebra.

* * *

Tomaram também parte na Conferência a título consultivo

REPRESENTANTE DO COMITÉ ECONÓMICO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES

O Sr. J. A. Barbosa Carneiro, Membro correspondente do Comité Económico e Membro do Comité Consultivo Económico da Sociedade das Nações.

CAMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O Sr. Albert Troullier, antigo Presidente do Tribunal do Comércio do Sena, antigo Presidente da Sociedade de legislação comparada, Vice-Presidente da Sociedade de estudos legislativos, Presidente da Delegação;

O Sr. Richard Schmidt, «Geheimer Kommerzienrat», Presidente da Câmara de Comércio de Leipzig.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE ROMA PARA A UNIFICAÇÃO
DO DIREITO PRIVADO

O Sr. René David, Secretário Geral adjunto do Instituto.

Que se reuniram em Genebra, em 23 de Fevereiro de 1931, sob a presidência do Sr. Dr. J. Limburg, Membro do Conselho de Estado da Holanda, nomeado pelo Conselho da Sociedade das Nações.

Exerceu as funções de Secretário Geral da Conferência o Sr. Ch. Smets, assistido pelos Srs. Bernier e Hauswirth, membros do Secretariado da Sociedade das Nações.

A Conferência nomeou um Comité de redacção composto dos :

Sr. Giannini, presidente; Sr. Percerou, relator geral; Sr. Ekeberg, Sr. Quassowski e Sr. Sulkowski.

O Sr. Joseph Nisot, Membro da Secção jurídica do Secretariado, serviu de conselheiro jurídico.

Como resultado das deliberações consignadas nas actas das sessões, a Conferência elaborou as três Convenções seguintes, com os respectivos protocolos :

1. Convenção estabelecendo uma lei uniforme em matéria de cheques ;
2. Convenção destinada a regular certos conflitos de leis em matéria de cheques ;
3. Convenção relativa ao imposto do selo em matéria de cheques.

A Conferência fez também as seguintes recomendações :

I

A Conferência, no intuito de evitar que sejam adoptados textos da lei uniforme traduzidos de maneiras diferentes na mesma língua, recomenda que os Estados, cuja língua oficial seja a mesma, procurem estabelecer de comum acordo a tradução oficial da lei uniforme.

II

A Conferência recomenda que as Altas Partes Contratantes comuniquem umas às outras as listas dos dias feriados oficiais e outros dias em que se não possa exigir pagamento nos respectivos países.

III

A Conferência recomenda também que as Partes na Convenção estabelecedo uma lei uniforme em matéria de cheques comuniquem entre si os textos das mais importantes decisões judiciais tomadas nos respectivos territórios em casos de aplicação da dita Convenção.

IV

A Conferência recomenda que as Altas Partes Contratantes estudem a possibilidade de introduzir nas suas respectivas legislações uma disposição proibindo o uso da palavra «cheque», ou o seu equivalente na língua nacional, nos títulos a que não sejam inteiramente aplicáveis as disposições da Convenção estabelecedo uma lei uniforme em matéria de cheques.

A Conferência chama também, para esta questão, a atenção do Instituto Internacional de Roma para a unificação do Direito privado.

V

A Conferência chama a atenção do Conselho da Sociedade das Nações para o grande interesse que apresentaria a publicação pelo Secretariado da Sociedade das Nações duma colecção das leis de aplicação e de toda a documentação oficial, em especial decisões tomadas pelos Tribunais Supremos das Altas Partes Contratantes, relativa a letras, livranças e cheques.

Em fé do que, os delegados acima mencionados assinaram o presente Acto final,

Feito em Genebra, aos dezanove de Março de mil novecentos e trinta e um, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações. Pelo Secretário Geral da Sociedade será transmitida uma cópia autêntica a todos os membros da Sociedade das Nações e a todos os Estados não membros convidados para a Conferência.

Presidente

LIMBURG

Secretário Geral da Conferência

C. SMETS

ALEMANHA

L. QUASSOWSKI

DR. ALBRECHT

ERWIN PÄTZOLD

AUSTRIA

DR. GUIDO STROBELE

BÉLGICA

DE LA VALLÉE POUSSIN

GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

(ASSIM COMO TODAS AS PARTES DO IMPÉRIO
BRITÂNICO QUE NÃO SÃO MEMBROS SEPARA-
DOS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES)

H. C. GUTTERIDGE

DINAMARCA

HELPER

V. EIGTVED

CIDADE LIVRE DE DANTZIG

JÓZEF SULKOWSKI

EQUADOR

ALEJ. CASTELÚ

ESPAÑA

FRANCISCO BERNIS
JUAN GOMEZ MONTEJO

FINLANDIA

F. GRÖNWALL

FRANÇA

J. PERCEROU
GASTON LIBERSAT

GRÉCIA

R. RAPHAEL
CONTUMAS

HUNGRIA

EUGÈNE ASZTALOS

ITÁLIA

AMEDEO GIANNINI
GIULIO DIENA
GIOVANNI PAPPALÁ
GIACINTO BOSCO

JAPAO

N. KAWASHIMA
U. TANAKA

LETÓNIA

J. FIELDMANS

LUXEMBURGO

CH. G. VERMAIRE

MÉXICO

ANTÓNIO CASTRO-LEAL

MÓNACO

C. HENTSCH

NORUEGA

STUB HOLMBOE
JENS TRAMPE BROCH

HOLANDA

J. KOSTERS
SCHELTEMA
VAN NIEROP
MAX FRANSSEN

POLÓNIA

JÓZEF SULKOWSKI

PORTUGAL

JOSÉ CAEIRO DA MATA

ROMÉNIA

C. ANTONIADE
E. NECULCEA

SUÉCIA

E. MARKS DE WÜRTEMBERG
BIRGER EKEBERG
K. DAHLBERG

SUÍÇA

VISCHER
HULFTEGGER

TCHECOSLOVÁQUIA

DR. KAREL HERMANN-OTAVSKY
DR. JAN SRB

TURQUIA

CEMAL HÜSNÜ

VENEZUELA

C. E. DE LA MADRIZ

YUGOSLÁVIA

DR. IVAN V. SOUBBOTITCH

COMITÉ ECONÓMICO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES

J. A. BARBOSA-CARNEIRO

INSTITUTO INTERNACIONAL DE ROMA
PARA A UNIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

RENÉ DAVID